

NOVAS AGENDAS URBANAS NUM CONTEXTO DE TRANSIÇÕES GLOBAIS

JOÃO FERRÃO

Em 20 de outubro de 2016, representantes de quase todos os países do mundo aprovaram a Declaração de Quito *Cidades Sustentáveis e Assentamentos Humanos para Todos* no âmbito da HABITAT III, a Conferência das Nações Unidas para a Habitação e o Desenvolvimento Urbano Sustentável. Essa declaração foi precedida por um exercício internacional, participado e longo, de elaboração do documento *Uma Nova Agenda Urbana*, onde, entre outros aspetos, se defende a necessidade de uma mudança de paradigma da gestão urbana e se identificam os principais domínios de transformação a favor de um desenvolvimento urbano sustentável (UNITED NATIONS, 2016).

Poucos meses antes (maio de 2016), os ministros dos estados-membros da União Europeia (UE) responsáveis pelos assuntos urbanos aprovaram o designado *Pacto de Amesterdão*, onde se definem as bases de uma Agenda Urbana a partir de uma perspetiva integrada de desenvolvimento urbano sustentável e se apresenta uma lista de temas prioritários a que as políticas dos vários países da UE deverão, no futuro, atribuir particular importância (EUROPEAN COMMISSION, 2016).

No ano anterior, no final de setembro de 2015, as Nações Unidas aprovaram a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Dos 17 objetivos definidos, um deles diz respeito às cidades: ‘Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis’.

Este conjunto de documentos comprova a importância atribuída às cidades ao mais alto nível da decisão política. Mas o que justifica essa importância?

A resposta mais imediata, mas também a mais elementar, é a que invoca a crescente percentagem de população mundial que reside em cidades. O facto de 2007, o ano em que se estima que pela primeira vez mais de metade dos habitantes do nosso planeta passou a residir em cidades, coincidir com o início do século XXI conferiu a esta situação uma natureza particularmente simbólica: com o começo do novo milénio teremos entrado, definitivamente, na era urbana.

Uma resposta mais elaborada, e que inclui a primeira, prende-se com o facto de as dinâmicas de crescente concentração demográfica nas cidades serem acompanhadas por processos ainda mais intensos de concentração de problemas e de oportunidades nesses territórios. Fenómenos tão distintos como pobreza e desigualdades sociais, violência e in-

segurança, destruição de ecossistemas e emissão de CO₂ ou, no polo oposto, criatividade e inovação, produtividade e internacionalização, interculturalidade e cosmopolitismo, tornam as cidades o grande espelho da natureza bipolar das sociedades contemporâneas. Os dados apresentados no contexto da preparação da Nova Agenda Urbana das Nações Unidas refletem essa situação: as cidades ocupam 3% da superfície terrestre, representam 54% da população mundial, emitem 60% do total de gases com efeito de estufa, consomem 76% dos recursos naturais do planeta e concentram 80% da riqueza global. Enquanto focos estruturais de ‘problemas’, as cidades são alvos inevitáveis da ação dos decisores políticos e das políticas públicas. Enquanto polos sistêmicos de oportunidades, as cidades são poderosos ímanes de novos residentes, investidores, turistas, enfim, de todo o tipo de audaciosos, curiosos e... desesperados.

Um terceiro tipo de resposta retoma a perspectiva, com uma longa história mas agora renovada pelo contexto de profunda crise do projeto moderno de sociedade baseada na ideia de progresso unilinear e ilimitado, de que as cidades são o berço das grandes transformações sociais. Na verdade, é aqui que se concentram os grupos sociais mais abertos à criatividade e à inovação, os espaços públicos mais densos de interação, debate e contestação, as principais universidades e centros de pesquisa, os movimentos e as organizações que mais apostam em agendas transformadoras, em suma, os atores de mudança e os interstícios de liberdade e respiração que poderão contribuir para a construção individual e coletiva de um tempo novo, tão necessário quanto desconhecido. É nas cidades, em cada uma delas e no âmbito de redes interurbanas, que ocorrem as transformações disruptivas, a erupção de novas agendas políticas, a emergência de novos ciclos sociais ou até civilizacionais. Neste caso, a importância atribuída às cidades não decorre tanto de situações associadas diretamente ao presente, como sucede nas duas respostas anteriores, mas antes da força inspiradora e impulsionadora de futuros imaginados e desejados.

Há, pois, múltiplas razões para que decisores políticos de topo – mas também outros grupos sociais, sobretudo os mais globalizados – reconheçam a importância das cidades. Paradoxalmente, este reconhecimento crescente e diversificado confronta-se com críticas igualmente crescentes e diversificadas por parte da academia. O que se entende por ‘cidade’? Num mundo caracterizado pela intensificação incessante da mobilidade e de todo o tipo de interações e fragmentações, tem sentido delimitar geograficamente espaços a que chamamos urbanos, distinguindo-os das áreas envolventes que continuamos a designar de rurais? E quantas ‘cidades’ se escondem numa mesma cidade? Vivemos, de facto, um período de ‘urbanização planetária’ (MERRIFIELD, 2013), que torna analiticamente inadequado autonomizar as cidades, o produto dessa urbanização, como territórios particulares e delimitáveis? E será possível abarcar com uma mesma designação as megacidades asiáticas e do continente americano e as pequenas mas vibrantes cidades europeias, para dar apenas um exemplo de realidades contrastadas? Será essa diversidade compatível com meganarrativas totalizadoras, de aplicação universal, sobre as cidades e o

urbano? Terá sentido construir agendas urbanas tão amplas e ambiciosas que, exatamente por esse facto, constituem verdadeiras agendas políticas de âmbito genérico, tornando-se impossível diferenciar estratégias pensadas para as cidades de estratégias formuladas para as sociedades e as economias em geral?

Um dos aspetos mais fascinantes das cidades é exatamente esse: a capacidade de convocar e mobilizar, com igual vigor, ideias, conceitos e perspetivas tão díspares, do consultor que vende projetos de *smart cities* aos ativistas das várias praças Tharir espalhadas um pouco por todo o mundo, do promotor de megaprojetos imobiliários ao defensor da cidade ecológica e renaturalizada, das ONG envolvidas em processos de desenvolvimento comunitário aos pesquisadores com projetos de investigação-ação e de extensão em domínios tão distintos como a mobilidade suave, o design urbano como forma de participação cidadã e apropriação do espaço público, o aproveitamento de resíduos na ótica da economia circular ou a adaptação às alterações climáticas como oportunidade de capacitação de grupos sociais vulneráveis.

Atribuir importância às cidades do ponto de vista analítico e da intervenção não implica uma visão urbanocêntrica, redutora, meramente morfológico-funcional, mas também não pode remeter de forma sistemática para questões tão amplas que diluam o debate sobre a cidade em reflexões e discussões genéricas sobre as sociedades e as economias contemporâneas. A urbanização como processo, as cidades como produto que simultaneamente reflete e condiciona aqueles processos: é esta relação dialética que tem de ser entendida para cada caso concreto, mas a partir de uma visão que não seja de enclave mas sim multinível, isto é, que leve em consideração os diferentes níveis de decisão política e administrativa com incidência na cidade, e multiescala, ou seja, que capte as geometrias muito variadas dos espaços de ação dos diversos atores que coproduzem a cidade.

Neste contexto, os exercícios de cenarização prospetiva visando a construção participada de futuros imaginados e exequíveis é essencial. Também fundamental é o desenvolvimento de modos colaborativos e democráticos de governança urbana, capazes de evitar a captura dos processos de decisão pelos atores mais fortes, num jogo assimétrico de relações de poder e de interesses desiguais e antagónicos. Finalmente, importa evitar tanto as ortodoxias da racionalidade técnica e da eficiência gestonária, defensoras de *políticas sem política*, como as visões de absolutização do antagonismo e conseqüente negação de qualquer forma de compromisso, promotoras de uma *política sem políticas*, dado que tanto as primeiras como as segundas retiram futuro às cidades ao amputar-lhes, ainda que por vias distintas, parte da sua capacidade transformadora.

Criticando o que consideram ser as quatro principais “metanarrativas da condição urbana global contemporânea” (triumfalismo urbano, urbanismo tecnocientífico, urbanismo ecológico, megacidades do Sul global) associadas à ideia de era urbana em que, segundo diversos autores, viveremos hoje, Brenner e Schmid (2015) salientam a necessidade de uma maior reflexividade epistemológica sobre as cidades e sugerem algumas

bases possíveis para uma epistemologia do urbano no contexto do século XXI a partir da apresentação de 7 teses.

Num registo mais pragmático, o WBGU – German Advisory Council on Global Change (2016) dá um importante contributo para um debate sobre como libertar o poder transformador das cidades, sugerindo recomendações para uma nova agenda de pesquisa sobre transformação urbana.

Mistra Urban Futures (2016), numa publicação que significativamente inclui no seu título a expressão ‘coprodução em ação’, avança um pouco mais, apresentando os resultados de um programa transdisciplinar de pesquisa-ação, desde a coprodução de conhecimento sobre a mudança urbana até as práticas locais associadas a transições globais.

As cidades não são bolas de cristal através das quais podemos antever o futuro. Mas o futuro, seja ele qual for, será em boa medida construído a partir de agendas urbanas: umas explícitas, outras implícitas; umas de continuidade ou até de regressão, outras de transformação; umas por imposição ou inação, outras através de processos de coprodução democrática.

Neste contexto, a produção e a controvérsia científicas ganham particular relevo. Entre o rigor analítico e a vontade de mudança, todos teremos algo a dizer sobre o futuro das cidades, do urbano e dos processos de urbanização nestes tempos de transições globais.

REFERÊNCIAS

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v.19, n.2-3, p.151-182, 2015.

EUROPEAN COMMISSION. *Establishing the Urban Agenda for the EU*. Pact of Amsterdam. Agreed at the Informal Meeting of EU Ministers Responsible for Urban Matters on 30 May 2016 in Amsterdam, The Netherlands, 2016. Available from: <http://urbanagendaforthe.eu/wp-content/uploads/2016/05/Pact-of-Amsterdam_v7_WEB.pdf>. Cited: 10 oct. 2016.

MERRIFIELD, A. *The politics of the encounter: Urban theory and protest under planetary urbanization*. Athens/GA: University of Georgia Press, 2013.

MISTRA URBAN FUTURES. *Co-production in action: Towards realising just cities*. Gothenburg: Mistra Urban Futures, 2016.

NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

UNITED NATIONS. *HABITAT III: New urban agenda: Draft outcome document for adoption in Quito*, October 2016, 10 September 2016. Available from: <<https://www2.habitat3.org/bitcache/97ced11dcecef85d41f74043195e5472836f6291?vid=588897&disposition=inline&op=view>>. Cited: 10 oct. 2016.

WBGU – German Advisory Council on Global Change. *Humanity on the move: Unlocking the transformative power of cities*. Summary. Berlin: WBGU, 2016.

JOÃO FERRÃO | Universidade de Lisboa | Instituto de Ciências Sociais | Av. Aníbal Bettencourt, 9, 1600-189, Lisboa, Portugal | E-mail: <joao.ferrao@ics.ul.pt>.

EDITORIAL

NEW URBAN AGENDAS IN A CONTEXT OF GLOBAL TRANSITIONS

JOÃO FERRÃO

On October 20th 2016, representatives of most countries of the world gathered in HABITAT III (The United Nations Conference on Housing and Sustainable Development) approved the Quito Declaration *Sustainable Cities and Human Settlements for All*. This declaration was preceded by a long participatory international exercise resulting in the document *The New Urban Agenda*, which, among other issues, settles a change of paradigm in urban management and identifies the main domains to be transformed towards the goal of sustainable urban development (UNITED NATIONS, 2016).

A few months before, in May 2016, ministers responsible for urban matters in the Member States of the European Union (EU) had approved the *Pact of Amsterdam*, which laid the basis for an Urban Agenda built upon an integrated approach to sustainable urban development and introduced a list of priority themes for future policies (EUROPEAN COMMISSION, 2016).

In September 2015, the United Nations had also passed the *2030 Agenda for Sustainable Development* (UNITED NATIONS, 2015). Out of its seventeen defined goals, one particularly refers to cities: “Goal 11. Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable”.

The aforementioned set of documents demonstrates the importance assigned to cities in the highest level of political decision-making. What justifies this importance?

The most immediate and elementary answer invokes the growing percentage of the world population living in cities. The fact that, in 2007, it was estimated for the first time that half the planet’s inhabitants lived in cities, coinciding with the beginning of the 21st century, has been seen as a rather symbolic marker that with the new millennium, we would definitely have come into the urban age.

According to a second and more elaborate answer, the dynamics of increasing demographic concentration in cities is accompanied by an over-concentration of problems and opportunities in these territories. Altogether, poverty and social disparities, violence and unsafety, destruction of natural ecosystems and CO₂ emissions, as well as creativity and innovation, productivity and internationalization, interculturality and cosmopolitanism, make cities a reflection of the bipolar nature of contemporary societies. Data provided in the course of preparation of the New Urban Agenda of the United Nations attest

to this situation: while cities take up only 3% of the earth surface, they gather 54% of the world's population, are responsible for releasing 60% of the greenhouse effect gases, consume 76% of the planet's natural resources, and concentrate 80% of its richness. Hotspots of structural problems, cities are inevitable targets of public policies and political decisions. As systemic poles of opportunities, they are also powerful magnets of new residents, investors, tourists and all kinds of adventurous, curious and... desperate people.

Finally, the third response revisits the perspective of cities as the birthplace of great societal transformations, hence forth updated with the crisis of the modern conception of society, anchored in the idea of unlimited and linear progress. Indeed, cities congregate the most creative and innovative social groups, denser public spaces for interaction, debate and contestation, the main universities and research centres, social movements and organizations focused on transformative agendas – in short, they concentrate the actors of change and the freedom or breathing interstices that might contribute to both individual and collective development of a new time, as necessary as unknown. It is in cities and in the networks they form that disruptive transformation takes place, new political agendas erupt, and new societal or civilizational cycles emerge. Therefore, their importance is not so much due to their current status, but, above all, to the power to inspire and propel imagined and desirable futures they embody.

Thus, there are multiple reasons for the importance given to cities by the highest political decision-makers, as well as other social groups, mainly global ones. Paradoxically, this increasingly diversified recognition is set against equally growing academic critique. What should one understand as a “city”? In a context of ever-increasing mobility, interactions and fragmentation, does it make sense to geographically delimit urban spaces as to distinguish them from the surrounding so-called rural areas? How many “cities” are there within one city? Are we indeed in a period of “planetary urbanization” (Merrifield, 2013), making it analytically misleading to treat cities, the very product of this urbanization, as autonomous, particular and bordered territories? Is it possible to include such contrasted realities as Asian and American megacities and European vibrant-but-small cities under the same designation? Is this diversity compatible with universal, totalizing mega-narratives about cities and the urban? Is it reasonable to build such broad and ambitious urban agendas, effectively constituting general political agendas, or does it make it impossible to separate specific strategies for cities and broad strategies for societies and economies?

This is actually one of the most fascinating aspects of cities: the confluence and mobilization of such uneven ideas, concepts and perspectives – ranging from the consultant of *smart cities* projects to the activists of the several Tharir squares spread all over the world; from the real estate megaprojects to the advocates of renaturalized and ecological cities; from community-development NGOs to academics with research-action or extension projects in domains as distinct as soft mobility, urban design as a form of civic participation and appropriation of the public space, waste recovery in the

perspective of circular economy, or adaptation to climate change as an opportunity of empowering vulnerable social groups.

Granting cities analytic and policy relevance does not imply in an urbano-centric, reductive or merely morphological-functional vision, but it also cannot refer systematically to issues so broad as to dilute the debate about the city into general reflections and debates about contemporary societies and economies. Urbanization as a process and cities as its products, both reflecting and conditioning the former: this is the dialectic relation that must be understood for each concrete case by means of a vision that is both multilevel, taking into account the different levels of political and administrative decision-making affecting the city, and multiscale, as to capture the several geometries of the action spaces in which distinct actors co-produce the city.

In this context, exercises creating prospective scenarios aiming at the participative construction of imagined and feasible futures are crucial. Also fundamental is the development of collaborative and democratic models of urban governance that prevent stronger actors' appropriation of decision-making processes in an asymmetric power relation where interests are unequal and antagonist. Finally, orthodoxies of technical rationality and management efficiency, advocates of *politics-free policies*, on one hand, as well as those interpreting antagonisms as absolute and therefore refusing each and every form of commitment, promoting *policies-free politics*, on the other, should be avoided, as both of them deny cities a future by sweeping their transformative capacities.

In a critique of the main “metanarratives of the contemporary global urban condition” (urban triumphalism, techno-scientific urbanism, ecological cities, global South's megacities), all bound by the idea that we live the urban age, Brenner and Schmid (2015) stress the need for greater epistemological reflexivity about cities and suggest 7 theses from which an epistemology of the urban context should emerge in the 21st century.

In a more pragmatic approach, WBGU – German Advisory Council on Global Change (2016) – makes an important contribution to the debate on how to release the transformative power of cities, giving recommendations for a new research agenda on urban transformation.

Mistra Urban Futures' (2016) moves the debate forward in a recent publication that significantly includes “co-production in action” in its title. In it, one will encounter the results of a transdisciplinary research-action program, including issues ranging from the co-production of knowledge on urban change to local practices associated to global transitions.

Cities are not crystal balls through which we can foresee the future. However, whatever it may hold, it is certainly going to be built within urban agendas, be those explicit or implicit, based on continuity, regression or transformation, workable through imposition, inaction or democratic co-production.

In this context, scientific production and controversy are specially highlighted. Amid analytic rigor and desires for change, we all have something to say with regard to the future of cities, of the urban and of the urbanization processes in this global transitions period.

REFERENCE

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v.19, n.2-3, p.151-182, 2015.

EUROPEAN COMMISSION. *Establishing the Urban Agenda for the EU*. Pact of Amsterdam. Agreed at the Informal Meeting of EU Ministers Responsible for Urban Matters on 30 May 2016 in Amsterdam, The Netherlands, 2016. Available from: <http://urbanagendaforthe.eu/wp-content/uploads/2016/05/Pact-of-Amsterdam_v7_WEB.pdf>. Cited: 10 oct. 2016.

MERRIFIELD, A. *The politics of the encounter*: Urban theory and protest under planetary urbanization. Athens/GA: University of Georgia Press, 2013.

MISTRA URBAN FUTURES. *Co-production in action*: Towards realising just cities. Gothenburg: Mistra Urban Futures, 2016.

NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo*: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

UNITED NATIONS. *HABITAT III: New urban agenda*: Draft outcome document for adoption in Quito, October 2016, 10 September 2016. Available from: <<https://www2.habitat3.org/bitcache/97ced11dcecef85d41f74043195e5472836f6291?vid=588897&disposition=inline&op=view>>. Cited: 10 oct. 2016.

WBGU – German Advisory Council on Global Change. *Humanity on the move*: Unlocking the transformative power of cities. Summary. Berlin: WBGU, 2016.

JOÃO FERRÃO | Universidade de Lisboa | Instituto de Ciências Sociais | Av. Aníbal Bettencourt, n.º 9, 1600-189, Lisboa, Portugal | E-mail: <joao.ferrao@ics.ul.pt>.

NUEVAS AGENDAS URBANAS EN UN CONTEXTO DE TRANSICIONES GLOBALES

JOÃO FERRÃO

El 20 de octubre de 2016, representantes de casi todos los países del mundo aprobaron la Declaración de Quito *Ciudades Sostenibles y Asentamientos Humanos para Todos* en el ámbito del HÁBITAT III, la Conferencia de las Naciones Unidas para la Vivienda y el Desarrollo Urbano Sostenible. Esa declaración fue precedida por un ejercicio internacional, con participación y larga duración, de elaboración del documento *Una nueva agenda urbana*, donde, entre otros aspectos, se defiende la necesidad de un cambio de paradigma de la gestión urbana y se identifican los principales dominios de transformación a favor de un desarrollo urbano sostenible (UNITED NATIONS, 2016).

Pocos meses antes (mayo de 2016), los ministros de los Estados miembros de la Unión Europea (UE) responsables por los asuntos urbanos aprobaron el designado *Pacto de Ámsterdam*, donde se definen las bases de una Agenda Urbana a partir de una perspectiva integrada de desarrollo urbano sostenible y se presenta una lista de temas prioritarios a los que las políticas de los diversos países de la UE deberán atribuir particular importancia en el futuro (EUROPEAN COMMISSION, 2016).

El año anterior, a fines de septiembre de 2015, las Naciones Unidas aprobaron la *Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible* (NACIONES UNIDAS, 2015). De los 17 objetivos definidos, uno de ellos se refiere a las ciudades: 'Objetivo 11. Hacer que las ciudades y los asentamientos humanos sean inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles'.

Este conjunto de documentos comprueba la importancia atribuida a las ciudades en el más alto nivel de la decisión política. Pero, ¿qué justifica esa importancia?

La respuesta más inmediata, pero también la más elemental, es la que invoca el creciente porcentaje de población mundial que reside en ciudades. El hecho de que 2007, el año en que se estima que por primera vez más de mitad de los habitantes de nuestro planeta pasó a residir en ciudades, coincide con el inicio del siglo XXI proporcionó a esta situación una naturaleza particularmente simbólica: con el comienzo del nuevo milenio habremos entrado, definitivamente, en la era urbana.

Una respuesta más elaborada, y que incluye la primera, se vincula al hecho de que las dinámicas de creciente concentración demográfica en las ciudades van acompañadas por procesos aún más intensos de concentración de problemas y de oportunidades en esos territorios. Fenómenos tan distintos como pobreza y desigualdades sociales, violen-

cia e inseguridad, destrucción de ecosistemas y emisión de CO₂ o, en el polo opuesto, creatividad e innovación, productividad e internacionalización, interculturalidad y cosmopolitismo, convierten a las ciudades en el gran espejo de la naturaleza bipolar de las sociedades contemporáneas. Los datos presentados en el contexto de la preparación de la Nueva Agenda Urbana de las Naciones Unidas reflejan esa situación: las ciudades ocupan el 3% de la superficie terrestre, representan el 54% de la población mundial, emiten el 60% del total de gases del efecto invernadero, consumen el 76% de los recursos naturales del planeta y concentran el 80% de la riqueza global. Consideradas como focos estructurales de ‘problemas’, las ciudades son el objetivo inevitable de la acción de los tomadores de decisión políticos y de las políticas públicas. Considerados como polos sistémicos de oportunidades, las ciudades son poderosos imanes de nuevos residentes, inversores, turistas, en fin, de todo tipo de audaces, curiosos y... desesperados.

Un tercer tipo de respuesta vuelve a la perspectiva, con una larga historia, pero ahora renovada por el contexto de profunda crisis del proyecto moderno de sociedad basado en la idea de progreso unilineal e ilimitado, de que las ciudades son la cuna de las grandes transformaciones de la sociedad. En verdad, es aquí donde se concentran los grupos sociales más abiertos a la creatividad y a la innovación, los espacios públicos más densos de interacción, debate y contestación, las principales universidades y centros de investigación, los movimientos y las organizaciones que más apuestan en agendas transformadoras, en suma, los actores del cambio y los intersticios de libertad y respiración que podrán contribuir para la construcción individual y colectiva de un tiempo nuevo, tan necesario como desconocido. Es en las ciudades, en cada una de ellas y en el ámbito de redes interurbanas, que ocurren las transformaciones disruptivas, la erupción de nuevas agendas políticas, la emergencia de nuevos ciclos de la sociedad o incluso de la civilización. En este caso, la importancia atribuida a las ciudades no proviene tanto de situaciones asociadas directamente al presente, como sucede en las dos respuestas anteriores, sino de la fuerza inspiradora e impulsadora de futuros imaginados y deseados.

Existen, por lo tanto, múltiples razones para que los tomadores de decisión políticos de primera línea, pero también otros grupos sociales, en especial los más globalizados, reconozcan la importancia de las ciudades. Paradójicamente, este reconocimiento creciente y diversificado se depara con críticas igualmente crecientes y diversificadas por parte de la academia. ¿Qué se entiende por ‘ciudad’? En un mundo caracterizado por la intensificación incesante de la movilidad y de todo tipo de interacciones y fragmentaciones, ¿tiene sentido delimitar geográficamente espacios a los que llamamos urbanos, distinguiéndolos de las áreas envolventes que continuamos designando como rurales? ¿Y cuántas ‘ciudades’ se esconden en una misma ciudad? ¿Viviremos, de hecho, un período de ‘urbanización planetaria’ (MERRIFIELD, 2013), que convierte en analíticamente inadecuado autonomizar las ciudades, el producto de esa urbanización, como territorios particulares y delimitables? ¿Será posible abarcar con una misma designación las mega

ciudades asiáticas y del continente americano y las pequeñas pero vibrantes ciudades europeas, para dar apenas un ejemplo de realidades contrastadas? ¿Será esa diversidad compatible con mega narrativas totalizadoras, de aplicación universal, sobre las ciudades y lo urbano? ¿Tendrá sentido construir agendas urbanas tan amplias y ambiciosas que, exactamente por eso, constituyen verdaderas agendas políticas de ámbito genérico, siendo imposible diferenciar estrategias pensadas para las ciudades de estrategias formuladas para las sociedades y las economías en general?

Uno de los aspectos más fascinantes de las ciudades es exactamente ese: la capacidad de convocar y movilizar, con igual vigor, ideas, conceptos y perspectivas tan dispares, desde el consultor que vende proyectos de *smart cities* a los activistas de las diversas plazas Tharir diseminadas por todo el mundo, desde el promotor de mega proyectos inmobiliarios al defensor de la ciudad ecológica y re-naturalizada, de las ONG envueltas en procesos de desarrollo comunitario a los investigadores con proyectos de investigación-acción y de extensión en dominios tan distintos como la movilidad suave, el diseño urbano como forma de participación ciudadana y la apropiación del espacio público, el aprovechamiento de residuos desde la óptica de la economía circular o la adaptación a los cambios climáticos como oportunidad de capacitación de grupos sociales vulnerables.

Atribuir importancia a las ciudades desde el punto de vista analítico y de la intervención no implica una visión urbano-céntrica, reductora, meramente morfológico-funcional, pero tampoco puede remitir de forma sistemática a cuestiones tan amplias que diluyan el debate sobre la ciudad en reflexiones y discusiones genéricas sobre las sociedades y las economías contemporáneas. La urbanización como proceso, las ciudades como producto que simultáneamente refleja y condiciona aquellos procesos: es esta relación dialéctica la que debe entenderse para cada caso concreto, pero a partir de una visión que no sea de enclave sino de múltiples niveles, esto es, que lleve en consideración los diferentes niveles de decisión política y administrativa con incidencia en la ciudad, y multi-escala, o sea, que capte las geometrías muy variadas de los espacios de acción de los diversos actores que coproducen la ciudad.

En este contexto, son esenciales los ejercicios de puesta en escena prospectiva con el objetivo de la construcción participativa de futuros imaginados y exequibles. También es fundamental el desarrollo de modos colaborativos y democráticos de gobernanza urbana, capaces de evitar la captura de los procesos de decisión por parte de los actores más fuertes, en un juego asimétrico de relaciones de poder y de intereses desiguales y antagónicos. Finalmente, es importante evitar tanto las ortodoxias de la racionalidad técnica y de la eficiencia en la gestión, defensoras de *políticas sin política*, como las visiones de absolutización del antagonismo y consecuente negación de cualquier forma de compromiso, promotoras de una *política sin políticas*, dado que tanto las primeras como las segundas quitan futuro a las ciudades al amputarles, aunque por vías distintas, parte de su capacidad transformadora.

Al criticar lo que consideran como las cuatro principales “meta narrativas de la condición urbana global contemporánea” (triumfalismo urbano, urbanismo tecno-científico, urbanismo ecológico, mega-ciudades del Sur global) asociadas a la idea de era urbana en que, según diversos autores, vivimos hoy, Brenner y Schmid (2015) destacan la necesidad de una mayor reflexividad epistemológica sobre las ciudades y sugieren algunas bases posibles para una epistemología de lo urbano en el contexto del siglo XXI a partir de la presentación de 7 tesis.

En un registro más pragmático, el WBGU – German Advisory Council on Global Change (2016) hace una importante contribución para un debate sobre cómo liberar el poder transformador de las ciudades, sugiriendo recomendaciones para una nueva agenda de investigación sobre transformación urbana.

Mistra Urban Futures (2016), en una publicación que significativamente incluye en su título la expresión ‘coproducción en acción’, avanza un poco más, presentando los resultados de un programa trans-disciplinario de investigación-acción, desde la coproducción de conocimiento sobre el cambio urbano hasta las prácticas locales asociadas a transiciones globales.

Las ciudades no son bolas de cristal a través de las cuales podemos prever el futuro. Pero el futuro, sea cual sea, se construirá en gran parte a partir de agendas urbanas: unas explícitas, otras implícitas; unas de continuidad o incluso de regresión, otras de transformación; unas por imposición o inacción, otras a través de procesos de coproducción democrática.

En este contexto, la producción y la controversia científicas ganan particular relevancia. Entre el rigor analítico y los deseos de cambio, todos tendremos algo que decir sobre el futuro de las ciudades, de lo urbano y de los procesos de urbanización en estos tiempos de transiciones globales.

REFERÊNCIAS

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v.19, n.2-3, p.151-182, 2015.

EUROPEAN COMMISSION. *Establishing the Urban Agenda for the EU*. Pact of Amsterdam. Agreed at the Informal Meeting of EU Ministers Responsible for Urban Matters on 30 May 2016 in Amsterdam, The Netherlands, 2016. Available from: <http://urbanagendaforthe.eu/wp-content/uploads/2016/05/Pact-of-Amsterdam_v7_WEB.pdf>. Cited: 10 oct. 2016.

MERRIFIELD, A. *The politics of the encounter: Urban theory and protest under planetary urbanization*. Athens/GA: University of Georgia Press, 2013.

MISTRA URBAN FUTURES. *Co-production in action: Towards realising just cities*. Gothenburg: Mistra Urban Futures, 2016.

NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

UNITED NATIONS. *HABITAT III: New urban agenda: Draft outcome document for adoption in Quito*, October 2016, 10 September 2016. Available from: <<https://www2.habitat3.org/bitcache/97ced11dcecef85d41f74043195e5472836f6291?vid=588897&disposition=inline&op=view>>. Cited: 10 oct. 2016.

WBGU – German Advisory Council on Global Change. *Humanity on the move: Unlocking the transformative power of cities*. Summary. Berlin: WBGU, 2016.

JOÃO FERRÃO | Universidade de Lisboa | Instituto de Ciências Sociais | Av. Aníbal Bettencourt, n.º 9, 1600-189, Lisboa, Portugal | *E-mail*: <joao.ferrao@ics.ul.pt>.